

---

**Relatório  
Conclusões e  
Recomendações  
de Auditoria  
- Anual -**

---

**Município de  
Montemor-o-Novo**

---

Marinha Grande, 22 de abril de 2016

---



### ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS.....	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	6
3.1 Balanço .....	6
3.2 Notas ao Balanço.....	8
3.3 Demonstração de Resultados .....	22
3.4 Notas à Demonstração de Resultados .....	23
4. ENDIVIDAMENTO .....	33
5. CONTROLO ORÇAMENTAL .....	34
6. ENDIVIDAMENTO .....	43
7. CONTROLO INTERNO.....	44
8. FACTOS SUBSEQUENTES .....	46
9. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	46
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE .....	46
11. CONCLUSÕES.....	47
11.1 Reservas .....	47
11.2 Ênfases .....	47
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações).....	47
12. AGRADECIMENTOS.....	50

### 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 22 de abril de 2016.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

### 2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:



- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2015, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspeccionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:

Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;

Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;

Transferências e subsídios correntes com prestações sociais;

Custos com Pessoal;

Outros custos operacionais;

Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;

Ajustamentos para riscos e encargos;

Custos Financeiros;

Custos Extraordinários;

Vendas e Prestações de Serviços;

Transferências e subsídios obtidos e concedidos;

Proveitos e Ganhos Financeiros;



### Proveitos e Ganhos Extraordinários;

- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos, por amostragem, alguns dos movimentos efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.

### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
<b>ATIVO</b>				
<b>Imobilizado</b>				
Bens do Domínio Público	11.016.472	61.381.129	50.364.657	457,2%
Imobilizações Incorpóreas	552.205	91.249	-460.956	-83,5%
Imobilizações Corpóreas	26.718.699	42.995.740	16.277.041	60,9%
Investimentos Financeiros	1.490.867	859.798	-631.069	-42,3%
<b>Total</b>	<b>39.778.242</b>	<b>105.327.915</b>	<b>65.549.673</b>	<b>164,8%</b>
<b>Circulante</b>				
Existências	351.328	288.929	-62.399	-17,8%
Dívidas de Terceiros				
Empréstimos Concedidos	19.536	18.697	-839	-4,3%
Clientes c/c	108.885	150.889	42.003	38,6%
Contribuintes c/c	9.486	9.713	227	2,4%
Utentes c/c	11.925	22.294	10.369	86,9%
Clientes cob. Duvidosa	944	944	0	0,0%
Estado e O. Entes Públicos	34.045	7.953	-26.092	-76,6%
Outros Devedores	358.548	448.514	89.966	25,1%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	780.454	818.689	38.234	4,9%
Caixa	10.541	4.278	-6.262	-0,8%
<b>Total</b>	<b>1.685.693</b>	<b>1.770.900</b>	<b>85.207</b>	<b>5,1%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Proveitos	342.943	319.675	-23.268	-6,8%
Custos Diferidos	22.899	26.174	3.275	14,3%
<b>Total</b>	<b>365.842</b>	<b>345.849</b>	<b>-19.993</b>	<b>-5,5%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>41.829.777</b>	<b>107.444.664</b>	<b>65.614.887</b>	<b>156,9%</b>

Rubricas	à data de		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Próprios</b>				
Património	7.696.328	99.506.607	91.810.279	1192,9%
Ajustamentos de partes de capital	0	0	0	-
Reservas	2.612.422	2.634.813	22.391	0,9%
Doações	9.557	9.557	0	0,0%
Resultados Transitados	16.263.613	-11.532.648	-27.796.261	-170,9%
Resultado Líquido do Exercício	223.906	1.812.965	1.589.059	709,7%
<b>Total</b>	<b>26.805.827</b>	<b>92.431.295</b>	<b>65.625.468</b>	<b>244,8%</b>
<b>Passivo</b>				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	1.379.188	1.059.740	-319.449	-23,2%
Fornecedores Locação financeira	103.105	74.032	-29.074	-28,2%
<b>Total</b>	<b>1.482.294</b>	<b>1.133.772</b>	<b>-348.522</b>	<b>-23,5%</b>
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Fornecedores c/c	1.813.413	130.344	-1.683.070	-92,8%
Fornecedores fact. Rec. Confª	168.454	340.625	172.170	102,2%
Fornecedores Imobilizado c/c	152.951	635.232	482.281	315,3%
Estado e O. Entes Públicos	373.301	185.364	-187.937	-50,3%
Outras Credores	1.228.956	1.324.182	95.226	7,7%
<b>Total</b>	<b>3.737.076</b>	<b>2.615.746</b>	<b>-1.121.330</b>	<b>-30,0%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Custos	749.516	792.015	42.499	5,7%
Proveitos Diferidos	9.055.065	10.471.836	1.416.771	15,6%
<b>Total</b>	<b>9.804.581</b>	<b>11.263.851</b>	<b>1.459.270</b>	<b>14,9%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>15.023.950</b>	<b>15.013.369</b>	<b>-10.581</b>	<b>-0,1%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>41.829.777</b>	<b>107.444.664</b>	<b>65.614.887</b>	<b>156,9%</b>

### 3.2 Notas ao Balanço

#### I- ATIVO

##### 3.2.1 Imobilizado

- a) No ano, e decorrente de um esforço dos vários serviços do Município, foi possível reconciliar o inventário inicial e registar esse incremento na contabilidade, assim o imobilizado corpóreo líquido foi valorizado em cerca de 14.587.000 € e os bens do domínio público sofreram um acréscimo de 50.638.000 €.
- b) O quadro seguinte dá-nos a evolução do imobilizado líquido do Município no ano de 2015, por comparação com o ano de 2014:

Rúbricas Imobilizado	Saldos Líquidos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	11.016.472	61.381.129	50.364.657	457,18%
Imobilizações Incorpóreas	552.205	91.249	-460.956	-83,48%
Imobilizações Corpóreas	26.718.699	42.995.740	16.277.041	60,92%
Invest <sup>ts</sup> Financeiros (FAM)	1.490.867	859.798	-631.069	-42,33%
<b>Totais</b>	<b>39.778.242</b>	<b>105.327.915</b>	<b>65.549.673</b>	<b>164,79%</b>

- c) Testamos 76% do movimento do ano de imobilizado corpóreo e 95% do movimento do ano de bens de domínio público.
- d) Apesar de reduzido devido à reconciliação do Património com a contabilidade, o saldo de imobilizado em curso mantém-se elevado, cerca de 6.614.000 € (19.148.000 € em 2014). Da análise ao imobilizado em curso, concluímos que cerca de 3.500.000 € já deveria ter transitado para imobilizado firme. Tendo como referência uma taxa média de amortização de 5%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 175.000 €.
- e) No que respeita ao Imobilizado Incorpóreo, testamos 81% do movimento do ano e não detetámos anomalias.
- As renovações de licenças de software devem ser consideradas como despesa corrente e como fornecimentos de serviços externos.
  - A componente fixa do fornecimento de água em alta, dada a sua natureza, dever ser registada como investimento financeiro (conta 414) ou como transferência de capital (conta 691). O registo orçamental está correto. Assim o saldo do imobilizado

incorpóreo está sobreavaliado em 325.601 € e os custos/ investimentos financeiros subavaliados no mesmo valor.

- Segundo o artigo 34º do CIBE os bens cujo valor unitário não ultrapasse 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, devem ser totalmente amortizados no ano de aquisição.

f) Quanto ao Imobilizado Financeiro

- Diz respeito a participações em associações e fundo de apoio municipal.
- O imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão dever ser reclassificado como investimento em imóveis

### 3.2.2 Circulante

#### 3.2.2.1 - Existências

a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.

b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Saldos em €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Matérias-primas	43.583	34.394	-9.188	-21,08%
Matérias subsidiárias	130.717	108.321	-22.396	-17,13%
Materiais diversos	177.029	146.214	-30.814	-17,41%
<b>TOTAL</b>	<b>351.328</b>	<b>288.929</b>	<b>-62.399</b>	<b>-17,76%</b>

c) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.

d) Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.

e) Face à irrelevância que pode advir de d), validámos o saldo da conta.

### 3.2.2.2. – Empréstimos Concedidos

- a) Apresenta um saldo de 18.697 €, que reflete empréstimos concedidos pelo Município ao abrigo do projeto FAME, em que o Município tem uma parceria com uma entidade bancária, tendo participado o financiamento de investimentos particulares que vão sendo liquidados ao Município à medida que são liquidados ao Banco financiador em função do contrato assinado entre o financiado, o Município e o Banco.
- b) O quadro seguinte reflete a evolução e o valor em dívida por parte de cada um dos empréstimos concedidos:

Titular	Saldos em		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
<b>FAME</b>				
VEETE+ Serviços Veterinários	5.273	4.833	-439	-8,33%
Lurimpa	5.453	5.453	0	0,00%
Representações Matos	250	250	0	0,00%
Florinda e Custódio Leal	6.375	6.375	0	0,00%
José Henrique Porteiro	188	188	0	0,00%
Florinda Reis	1.998	1.598	-400	-20,02%
<b>Total em dívida</b>	<b>19.536</b>	<b>18.697</b>	<b>-839</b>	<b>-4,30%</b>

- c) Por entendermos que, não tendo em 2015 sido objeto de amortização por parte dos seus detentores, 4 dos empréstimos, devem para os mesmos ser criadas provisões num total de 12.266€ para os mesmos.
- d) Analisámos a evolução destas contas correntes e aceitámos, mas dada a irrelevância do exposto em c), validámos o saldo da conta.

### 3.2.2.3 - Clientes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 150.889 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
<b>Clientes c/c</b>				
Clientes c/corrente - individual	1.193	1.394	201	16,88%
Clientes s/corrente - coletiva	107.692	149.494	41.802	38,82%
<b>Total</b>	<b>108.885</b>	<b>150.889</b>	<b>42.003</b>	<b>38,58%</b>



- b) Existem divergências entre o balancete de terceiro e os saldos da contabilidade. Deve ser averiguado o motivo das diferenças e corrigidas em 2016.
- c) Os saldos credores devem ser regularizados.
- d) Não existem provisões para clientes cobrança duvidosa. Da verificação efetuada ao mapa de recebimentos em atraso a 31/12/2015 e do saldo por receber de documentos de receita, estimamos que deveriam ser criadas de cerca de 100.000 €.

### 3.2.2.4 – Contribuintes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 9.713 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
<b>Contribuintes c/c</b>				
Impostos indiretos - coletiva	7.578	7.632	54	0,72%
Taxas - coletiva	1.908	2.081	173	9,06%
<b>Total</b>	<b>9.486</b>	<b>9.713</b>	<b>227</b>	<b>2,39%</b>

- b) Tendo em atenção que parte do que dizemos sobre as provisões para Clientes que, em parte, se pode aplicar a esta conta, validámos os seus saldos.

### 3.2.2.5 – Utentes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 22.294 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
<b>Utentes c/c</b>				
Utentes prestações serviços - individual	9.414	19.733	10.320	109,62%
Utentes prestações serviços - coletiva	2.511	2.561	49	1,96%
<b>Total</b>	<b>11.925</b>	<b>22.294</b>	<b>10.369</b>	<b>86,95%</b>

- b) Tendo em atenção que parte do que dizemos sobre as provisões para Clientes que, em parte, se pode aplicar a esta conta, validámos os seus saldos

### 3.2.2.6 – Clientes de Cobrança Duvidosa

- a) A conta apresenta um saldo de 944 €, para o qual não está criada qualquer provisão.
- b) O que dissemos genericamente sobre a conta 21, na análise da conta Clientes c/c, quanto às provisões abarca também o saldo desta conta.

### 3.2.2.7 – Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a haver em sede de IVA, que se elevam a 7.953 €. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
IVA	34.045	7.953	-26.092	-76,64%
<b>Saldo Final</b>	<b>34.045</b>	<b>7.953</b>	<b>-26.092</b>	<b>-76,64%</b>

- b) Validámos o saldo da conta.

### 3.2.2.8 – Outros Devedores

- a) Trata-se de valores correntes a receber da Administração Pública, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Devedores das Administrações Públicas	4.090	12.269	8.179	200,00%
FEDER	274.281	177.326	-96.954	-35,35%
Devedores Diversos	80.178	258.919	178.741	222,93%
<b>Total</b>	<b>358.548</b>	<b>448.514</b>	<b>89.966</b>	<b>25,09%</b>

- c) No conjunto com os saldos de Outros credores, circularizámos 50% do saldo da conta.
- d) Do confronto entre o saldo registado na contabilidade patrimonial e orçamental de projetos co-financiados (177.326 €) e o saldo por receber de relatórios de encerramento de projectos retirado do SIGPO (370.427 €), existe uma divergência de 193.101 €. Deve ser verificada qual a fonte de informação correta e acertar os valores das diferentes fontes de informação.

### 3.2.3 Disponibilidades

#### 3.2.3.1 – Caixa

- a) O saldo de caixa é de 4.278 €, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Este valor não excede o valor máximo permitido na norma de Controlo Interno.
- c) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existente, sem ter encontrado diferenças.
- d) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros.
- e) O saldo de caixa apresenta-se conciliado e os movimentos no mesmo são efetuados de acordo com procedimentos corretos.

#### 3.2.3.2 – Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Bancos	Valor €
CGD (OT)	128.559
CGD (OT) CAUÇÕES	272.283
CGD (RO)	256.598
MG - Montepio Geral	0
CCAM (RO)	17.771
SANT - Santander Totta	5.990
BES (RO)	548
MIL - Millenium/BCP	40.219
BAN - Banif	0
BPI	32.366
CGD 19085	19.005
CGD VIA VERDE	12.142
BES - FAME	33.208
<b>TOTAL</b>	<b>818.689</b>

- b) Testamos todas reconciliações de Dezembro e verificamos os movimentos em aberto.
- c) Analisámos as reconciliações bancárias e confrontámo-las com informações obtidas através de documentos bancários.
- d) Analisámos os movimentos em aberto em final de ano e a sua concretização no ano imediato.
- e) As reconciliações da CGD apresentam movimentos por reconciliar anteriores a 2014 de 149 €.

- f) A reconciliação do MillenniumBcp apresenta movimentos por reconciliar de anos anteriores a crédito da contabilidade cerca de 40.445 € e a débito (transferência bancárias não registadas) cerca de 76.024 €. Movimentos devem ser analisados em 2016 e regularizados.
- g) Não existe reconciliação bancária da CGD (38431). O saldo bancário é de 441.705 € e o saldo contabilístico é de 256.598 €.
- h) É nossa opinião que os valores em DO correspondem a valores líquidos suscetíveis de utilização por parte do Município, ainda que o referido em e) f) e g) deva ser averiguado.

### 3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

Nesta área verificou-se uma melhoria dos procedimentos de registo das situações suscetíveis de acréscimo ou diferimento.

#### 3.2.4.1 – Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos reconhecidos no próprio exercício, por impostos, juros, serviços/ vendas realizado, mas sem documentação vinculativa, conforme quadro seguinte:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Juros a receber	84	43	-42	-49,56%
Impostos Municipais	171.029	164.994	-6.035	-3,53%
Concessões	99.509	0	-99.509	-100,00%
Venda de bens e serviços	68.473	109.436	40.963	59,82%
Outros acréscimos de proveitos	3.847	45.202	41.354	1074,85%
<b>TOTAL</b>	<b>342.858</b>	<b>319.675</b>	<b>-23.183</b>	<b>-6,76%</b>

- b) Verificámos os valores estimados pelo Município.
- c) De acordo com a informação disponibilizada na AT existem valores de impostos por transferir para o Município por não terem sido cobrados até 31/12/2014. Estes valores poderiam ser registados como acréscimo de proveitos. No entanto, e uma vez que não existe fiabilidade no seu recebimento, deveria ser constituída provisão de igual montante, o que tornaria este movimento sem influência no balanço e nas contas do Município.
- d) Validámos assim, o saldo desta conta.

### 3.2.4.2 – Custos Diferidos

a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte, conforme quadro:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Seguro de acidentes no trabalho	22.500	25.824	3.324	14,77%
Rendas	350	350	0	0,00%
Outros custos diferidos	49	0	-49	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>22.899</b>	<b>26.174</b>	<b>3.275</b>	<b>14,30%</b>

b) Elevam-se no ano de 2015 a 26.174 €.

c) Validámos o saldo da conta.

## II- PASSIVO

### 3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

#### 3.2.5.1 – Empréstimos Obtidos

a) Conciliámos os saldos da contabilidade 3 fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos.

b) Elevam-se no final do ano de 2015 a 1.059.740 €, conforme quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31-12-2014	31-12-2015	€	%
<b>De médio e longo prazo</b>					
CGD	9.015.002.592.991	149.652	90.054	-59.598	-39,8%
CGD	504.000.570.591	87.816	0	-87.816	-100,0%
CGD	9.015.004.428.291	418.866	349.686	-69.181	-16,5%
CGD	9.015.005.064.991	722.854	620.000	-102.854	-14,2%
<b>Total 2</b>		<b>1.379.188</b>	<b>1.059.740</b>	<b>-319.449</b>	<b>-23%</b>

c) A totalidade dos Empréstimos bancários está contabilizada como de Médio e Longo Prazo. Entendemos que, a parte que se vence no ano de 2016, e que se elevará a cerca de 320.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.

d) Em final validámos os saldos da conta.

### 3.2.5.2 – Fornecedores em regime de locação financeira.

- a) Conciliámos os saldos da contabilidade, através de circularização dos mesmos em amostra suficiente para os validarmos.
- b) A conta apresenta um saldo de 74.032 €.
- c) A totalidade desta conta está contabilizada como de Médio e Longo Prazo. Do mesmo modo do que entendemos para os Empréstimo Bancários, a parte que se vence no ano de 2016, e que se elevará a cerca de 27.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.

### 3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

#### 3.2.6.1 – Fornecedores

- a) O saldo respeita a:

	Saldos em €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
<b>Fornecedores c/c</b>				
Curto Prazo	1.813.413	130.344	-1.683.070	-92,81%
Faturas em receção e conferência	168.454	340.625	143.363	85,11%
<b>TOTAL</b>	<b>1.981.868</b>	<b>470.969</b>	<b>-1.539.706</b>	<b>-77,69%</b>

- b) O saldo de faturas em receção e confª inclui 28.807 €, de fornecedores de Imobilizado em receção e confª.
- c) Circularizámos a 31/12/15, saldos, que correspondiam a 91% dos existentes.
- d) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, obtivemos uma divergência de 7.092 €, que consideramos irrelevante.
- e) Existem porém divergências entre o balancete de terceiros e os saldos da contabilidade, que devem ser averiguadas e corrigidas em 2016.
- f) Dada a irrelevância do assinalado em c) e d), validámos o saldo da conta.

### 3.2.6.2 – Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 185.364 €. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
IRS	45.967	42.682	-3.285	-7,15%
IVA	0	1.858	1.858	-
Segurança Social	128.833	136.999	8.166	6,34%
ADSE	198.501	3.825	-194.676	-98,07%
<b>Saldo Final</b>	<b>373.301</b>	<b>185.364</b>	<b>-187.937</b>	<b>-50,34%</b>

- b) Saldos em aberto a 31/12/2015 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2016.
- c) Foram solicitadas certidões de não dívida, que confirmaram a inexistência de dívidas em mora.
- d) Os valores das diferentes rubricas que compõem o saldo a favor do Estado foram analisados e validados.

### 3.2.6.3 – Fornecedores de Imobilizado

- a) O saldo era em 31/12/2015 de 635.232 €, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	152.951	635.232	482.281	315,32%

- b) Foi feita a circularização conjunta dos saldos de Outros Devedores e Credores (50%) sem apurar diferenças nesta rubrica, pelo que validámos os saldos.

### 3.2.6.4 – Outros Credores

- a) São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Pessoal	18	18	0	0,00%
Sindicatos	2.237	2.219	-17	-0,78%
Administração Autárquica	0	0	0	-
Credores Diversos	1.226.701	1.321.945	95.243	7,76%
<b>Total</b>	<b>1.228.956</b>	<b>1.324.182</b>	<b>95.226</b>	<b>7,75%</b>



- b) O saldo era em 31/12/2015 de 1.324.182 €.
- c) Circularizámos no conjunto de saldo ativos e passivos da conta 26, 50% do saldo da conta.
- d) A Comporto, SA, apresenta uma diferença de 57.000 €, a favor do Município. A conta deve ser analisada e acertada.
- e) Existem divergências entre o balancete de terceiros e o saldo da contabilidade, deve ser averiguada o motivo da diferença e corrigida em 2016.

### 3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

Tal como dizemos nos valores ativos verificou-se nesta área uma melhoria dos procedimentos de registo.

#### 3.2.7.1 – Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	617.715	623.506	5.792	0,94%
Juros a liquidar	1.286	416	-870	-67,67%
Conta Gerência 2004	8.965	8.965	0	0,00%
Conta Gerência 2015	0	10.675	10.675	-
Conta Gerência 2007	10.453	10.453	0	0,00%
Conta Gerência 2008	9.460	9.460	0	0,00%
Conta Gerência 2009	9.897	9.897	0	0,00%
Conta Gerência 2010	9.255	9.255	0	0,00%
Conta Gerência 2012	9.931	9.931	0	0,00%
Conta Gerência 2013	10.106	10.106	0	0,00%
Conta Gerência 2014	11.373	11.373	0	0,00%
Outros acréscimos de custos - 2014	51.076	0	-51.076	-100,00%
Outros acréscimos de custos - 2015	0	77.978	77.978	-
<b>TOTAL</b>	<b>749.516</b>	<b>792.015</b>	<b>42.499</b>	<b>5,67%</b>

- c) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias de 2015 a liquidar em 2016. O valor atual das Remunerações a liquidar teve em conta o estipulado legalmente. Testámos os valores e aceitamo-los como corretamente estimados.

### 3.2.7.2 – Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2.749.950	2.749.950	0	0,00%
Centro Escolar Montemor-o-Novo	1.015.540	1.323.908	308.369	30,36%
Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	528.328	528.328	0	0,00%
Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor-o-Novo	1.076.473	895.212	-181.261	-16,84%
Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	208.082	208.082	0	0,00%
Remodelação da Rua da Janelinha	743.096	743.096	0	0,00%
Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	379.986	379.986	0	0,00%
Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	195.559	195.559	0	0,00%
Plano de Sinaletica	9.724	9.724	0	0,00%
Ciclos de Animação e Promoção do Património Cultural	94.522	94.522	0	0,00%
Construção do Edifício na Oficina da Criança	0	1.519.896	1.519.896	-
Beneficiação da Biblioteca Municipal	15.187	52.175	36.988	243,54%
Plano Divulgação e Comunicação - Montemor Pedra a Pedra	142.463	185.404	42.942	30,14%
NATURALE	34.946	34.946	0	0,00%
Iluminação Castelo	1.659	1.659	0	0,00%
Modernização Alentejo Central@2015	0	41.820	41.820	-
Sinalização Viária	137	137	0	0,00%
Caminho Agrícola de Escardeais - Lapas	2.316	2.316	0	0,00%
Outras	309.710	309.710	0	0,00%
Administrações Privadas	773.283	773.283	0	0,00%
Feder	773.854	1.666.604	892.750	115,36%
Proveitos diferidos - Rendas	250	-1.246.117	-1.246.367	-498546,86%
Outros Proveitos Diferidos	0	1.635	1.635	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.055.065</b>	<b>10.471.836</b>	<b>1.416.771</b>	<b>15,65%</b>

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Apesar do esforço do Município para reconciliar o imobilizado continuam a existir bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e

consequente sujeitos a amortização não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 5.000.000 € de proveitos diferidos que já deveriam estar a ser "amortizados" e considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 250.000 €. A rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2016 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.

### III-FUNDOS PRÓPRIOS

#### 3.2.8 Fundos Próprios

a) Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Contas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Património	7.696.328	99.506.607	91.810.279	1192,91%
Reservas	2.612.422	2.634.813	22.391	0,86%
Doações	9.557	9.557	0	0,00%
Resultados Transitados	16.263.613	-11.532.648	-27.796.261	-170,91%
Resultado Líquido do Exercício	223.906	1.812.965	1.589.059	709,70%
<b>Total</b>	<b>26.805.827</b>	<b>92.431.295</b>	<b>65.625.468</b>	<b>244,82%</b>

##### 3.2.8.1 - Património

O movimento do ano diz essencialmente respeito à reconciliação do inventário inicial com a contabilidade. Acréscimo no Património de 91.609.000 €.

##### 3.2.8.2 - Reservas

O seu valor variou em função da aplicação de resultados de 2014.

##### 3.2.8.3 - Doações

Mantiveram o seu valor.

### **3.2.8.4 - Resultados transitados**

- a) Relativamente a 2014 esta conta teve uma variação negativa de 27.796.261 €. Esta variação deve-se ao valores das amortizações associadas aos bens inscritos no Património neste ano e referidos no ponto 3.2.8.1 (26.879.000 €), à aplicação dos resultados do ano de 2014 e a pequenos ajustes.
- b) Analisámos e concordámos com as movimentações efetuadas nas contas dos Fundos Próprios.

### **3.2.8.5 – Resultado Líquido do Período**

Trata-se dos resultados apurados no exercício de 2015 que positivos em 1.812.965 €.

### 3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31-12-2014	31-12-2015	2014	2015
<b>Custos e Perdas</b>				
CMVMC	603.467	126.853	3,9%	0,9%
FSE	4.471.481	3.945.353	29,1%	27,1%
Pessoal	6.673.257	6.405.411	43,4%	44,0%
Transferências e Subs. Concedidos	1.454.932	1.434.160	9,5%	9,8%
Amortizações do exercício	1.023.683	843.097	6,7%	5,8%
Provisões do exercício	0	0	0,0%	0,0%
Outros Custos e Perdas Operacionais	120.266	494.970	0,8%	3,4%
Custos e Perdas Financeiros	99.327	27.683	0,6%	0,2%
Custos e Perdas Extraordinários	938.023	1.286.271	6,1%	8,8%
<b>Total Custos</b>	<b>15.384.437</b>	<b>14.563.798</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Vendas e Prestações de Serviços	1.409.797	2.003.525	9,0%	12,2%
Impostos e Taxas	2.487.426	2.265.033	15,9%	13,8%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos Suplementares	9.502	11.778	0,1%	0,1%
Transferências e Subs. Obtidos	10.266.651	10.769.967	65,8%	65,8%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	3.092	9.545	0,0%	0,1%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.172.626	1.065.790	7,5%	6,5%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	259.248	251.125	1,7%	1,5%
<b>Total Proveitos</b>	<b>15.608.343</b>	<b>16.376.763</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>223.906</b>	<b>1.812.965</b>		



### 3.4 Notas à Demonstração de Resultados

#### 3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
  - Proposta de aquisição de serviço;
  - Cabimento;
  - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
  - Adjudicação;
  - Compromisso;
  - Requisição/nota de encomenda;
  - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
  - Autorização do pagamento;
  - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

##### *3.4.1.1 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas*

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos 14% do movimento do ano, não tendo detetando anomalias.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
  - Matérias Primas;
  - Matérias Subsidiárias;
  - Materiais Diversos, e
  - Embalagens de Consumo.

- d) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica, que apresentam o seguinte conteúdo:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Existências Iniciais	399.796	351.328	-48.467	-12,12%
Compras +- Reg. Existências	555.000	64.453	-490.547	-88,39%
Existências Finais	351.328	288.929	-62.399	-17,76%
<b>CEVC</b>	<b>603.467</b>	<b>126.853</b>	<b>-476.615</b>	<b>-78,98%</b>

### 3.4.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2014 para 2015:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Eletricidade	1.126.069	590.917	-535.153	-47,52%
Combustíveis	261.624	289.926	28.301	10,82%
Rendas e Alugueres	103.265	124.019	20.754	20,10%
Comunicação	117.140	125.538	8.397	7,17%
Seguros	66.835	77.857	11.022	16,49%
Honorários	52.025	20.143	-31.882	-61,28%
Conservação e reparação	280.935	219.403	-61.532	-21,90%
Trabalhos Especializados	362.692	509.161	146.469	40,38%
Alimentação-refeições confeccionadas	18.540	43.245	24.705	133,25%
Restantes	2.082.356	1.945.146	-137.210	-6,59%
<b>Total</b>	<b>4.471.481</b>	<b>3.945.353</b>	<b>-526.128</b>	<b>-11,77%</b>

- b) Desceram, no seu conjunto, relativamente 2014 cerca de 11,77 %, com especial incidência nas rubricas:

i) Eletricidade	47,52%
ii) Honorários	61,28%
iii) Conservação e Reparação	21,9%
iv) Outras	6,59%

Por outro lado verificaram-se algumas subidas:

i) Combustíveis	10,82%
ii) Rendas e alugueres	20,10%
iii) Trabalhos especializados	40,38%
iv) Alimentação-Refeições confeccionadas	133,25%

- c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.
- d) Verificamos 20 % do movimento do ano de 2015.
- e) Analisados os documentos que considerámos “anormais” sem detetarmos divergências pelo que validámos o saldo da conta.

### 3.4.1.3 – Custos com Pessoal

- a) Tiveram um descida de 4 % relativamente a 2014:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	159.161	154.628	-4.533	-2,85%
Remunerações ao Pessoal	4.909.558	4.850.438	-59.120	-1,20%
Pensões	21.856	2.032	-19.823	-90,70%
Encargos sobre remunerações	1.114.649	1.166.777	52.128	4,68%
Seguros AT e doenças profissionais	35.966	35.879	-87	-0,24%
Outros custos com o pessoal	432.067	195.656	-236.411	-54,72%
<b>Total</b>	<b>6.673.257</b>	<b>6.405.411</b>	<b>-267.847</b>	<b>-4,01%</b>

- b) Validámos os valores da conta.

### 3.4.1.4 – Transferências e Subsídios

- a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Instituições sem fins lucrativos. Existiu um decréscimo relativamente a 2014 em 1,43%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Administração Pública	410.108	375.199	-34.910	-8,51%
Administração Privada	185.988	31.943	-154.046	-82,83%
Famílias	231	0	-231	-100,00%
Outros setores institucionais	735.487	926.999	191.512	26,04%
Prestações sociais	39.149	22.115	-17.034	-43,51%
Outras	83.968	77.904	-6.064	-7,22%
<b>Total</b>	<b>1.454.932</b>	<b>1.434.160</b>	<b>-20.772</b>	<b>-1,43%</b>

- b) Testámos cerca de 19% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.



- c) Em alguns dos processos de despesa que verificámos que não existe fatura ou recibo da entidade beneficiária da transferência.
- d) Por cada pagamento deve existir documento de quitação emitido pela entidade beneficiária.
- e) Validamos os custos apresentados na rubrica.

### 3.4.1.5 – Outros Custos Operacionais

- a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Impostos e taxas	102.740	475.384	372.644	362,71%
Quotizações	10.336	12.121	1.785	17,27%
Outros	7.190	7.465	275	3,82%
<b>Total</b>	<b>120.266</b>	<b>494.970</b>	<b>374.704</b>	<b>311,56%</b>

- b) Testámos cerca de 26% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.
- c) Validámos o saldo da conta.

### 3.4.1.6 - Amortizações

- a) A conta teve o seguinte comportamento:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Bens de Domínio Público	86.386	324.914	238.527	276,12%
Imobilizações Incorpóreas	415.809	43.858	-371.951	-89,45%
Imobilizações Corpóreas	521.488	474.326	-47.162	-9,04%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>1.023.683</b>	<b>843.097</b>	<b>-180.586</b>	<b>-17,64%</b>

- b) Validámos o saldo da conta.

### 3.4.1.7 – Ajustamentos/Provisões

- a) Não foram efetuados quaisquer ajustamentos (provisões) no exercício corrente nem no anterior.
- b) O advogado do Município, na sua resposta à circularização, faz referência a vários processos contra o Município. O valor total das ações é de 1.928.590 €. Informa também que não lhe é possível aferir se dos processos podem advir responsabilidade financeira conta o Município.

### 3.4.1.8 – Juros e custos financeiros

- a) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Juros suportados	90.839	16.130	-74.709	-82,24%
Outros	8.488	11.553	3.065	36,11%
<b>Total</b>	<b>99.327</b>	<b>27.683</b>	<b>-71.644</b>	<b>-72,13%</b>

- b) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2014. Testámos cerca de 40% do movimento do ano. Não existem ajustamento a propor.

### 3.4.1.9 – Custos e perdas Extraordinários

- a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	894.799	1.011.288	116.489	13,02%
Perdas em existências	22.005	92.929	70.924	322,31%
Perdas em imobilizações	16.166	0	-16.166	-100,00%
Multas e penalidades	0	5.931	5.931	-
Correções relativas a exercícios anteriores	4.735	409	-4.326	-91,36%
Outros	318	175.715	175.397	55161,37%
<b>Total</b>	<b>938.023</b>	<b>1.286.271</b>	<b>348.248</b>	<b>37,13%</b>

- b) As transferências de Capital tiveram, relativamente a 2014, uma subida de 13%.
- c) Em Perdas em existências, registaram-se regularizações de existências por quebras verificadas após análise do inventário.



- d) Multas e penalidades tratam multas fiscais, não fiscais e Outras penalidades.
- e) Correções de exercícios anteriores: registou correções relativas a anos anteriores.
- f) Outros: registou diversos acertos de contas efetuados no exercício.
- g) Foram testados cerca de 19% dos movimentos do ano e não detetamos qualquer anomalia.
- h) Validámos os valores apresentados.

### 3.4.2 Proveitos

#### 3.4.2.1 – Vendas

- a) Relativamente a 2014 tiveram uma baixa de 21,6%, das quais contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Mercadorias	1.420	668	-752	-52,98%
Água	785.282	768.105	-17.177	-2,19%
Outros	7.902	7.445	-457	-5,78%
Subprodutos	150	650	500	332,94%
Anulações	0	-5	-5	-
<b>TOTAL</b>	<b>794.754</b>	<b>776.863</b>	<b>-17.891</b>	<b>-2,25%</b>

- b) Validámos o saldo da conta.

#### 3.4.2.2 – Prestação de Serviços

- a) A conta contempla receitas com as prestações de serviços prestados pelo Município, nomeadamente:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Saneamento	0	485.568	485.568	-
Resíduos sólidos	227.140	286.724	59.584	26,23%
Transp. coletivos de pessoas e mercadorias	20.208	20.692	484	2,39%
Trabalhos por conta de particulares	20.569	15.027	-5.542	-26,95%
Cemitérios	16.183	54.712	38.529	238,08%

Instalações desport. culturais e recreativas	232.813	245.520	12.707	5,46%
Serviços sociais	50.717	47.379	-3.338	-6,58%
Outros	13.960	12.216	-1.744	-12,49%
Arrendamento de habitação social	34.447	59.440	24.993	72,55%
Restituições	-994	-616	378	-38,04%
<b>TOTAL</b>	<b>615.043</b>	<b>1.226.662</b>	<b>611.619</b>	<b>99,44%</b>

- b) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.
- c) No final validámos e aceitámos o saldo da conta que, no seu conjunto, difere do valor do ano anterior, por o saneamento ter passado a ser facturado.
- d) Validámos o saldo da conta.

### 3.4.2.3 – Impostos e Taxas

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município.
- b) Nesta rubrica incluem-se:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
<b>Impostos</b>				
IMI	1.204.229	1.199.828	-4.402	-0,37%
Imposto Circulação	307.234	300.657	-6.577	-2,14%
IMT	875.517	509.578	-365.940	-41,80%
Derrama	216.161	228.358	12.197	5,64%
Impostos indiretos	50.612	52.350	1.737	3,43%
<b>TOTAL</b>	<b>2.653.754</b>	<b>2.290.769</b>	<b>-362.985</b>	<b>-13,68%</b>
<b>Taxas</b>				
Mercados e Feiras	9.703	9.721	18	0,19%
Loteamentos e Obras	54.290	31.828	-22.462	-41,37%
Ocupação da via pública	437	1.087	650	148,91%
Caça uso e porte de arma	425	475	50	11,68%
Outros	6.913	7.752	839	12,13%
Multas e outras penalidades	22.297	1.762	-20.535	-92,10%
<b>TOTAL</b>	<b>94.065</b>	<b>52.624</b>	<b>-41.441</b>	<b>-44,06%</b>
Reembolsos e Restituições	-21.484	-69.513	-48.029	223,55%
Anulações	-238.908	-8.847	230.061	-96,30%
<b>TOTAL</b>	<b>2.487.426</b>	<b>2.265.033</b>	<b>-222.393</b>	<b>-8,94%</b>

- c) Verificaram-se subidas relativamente a 2014:

- Na Derrama 5,64%;
- Nos Impostos Indiretos 3,43%.

e descidas em:

- no IMI, 0,4%;
- No IMT 41,8%;
- Nas Taxas 44,1%.

- d) No cômputo geral tiveram um decréscimo de 8,94% relativamente a 2014.
- e) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada
- f) No final validámos os saldos.

### 3.4.2.4 – Transferências e Subsídios Obtidos

- a) São contabilizados nesta conta:

i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.

ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

- b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Outros	359.891	294.718	-65.173	-18,11%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.253.599	8.551.680	298.081	3,61%
Fundo Social Municipal	226.127	281.186	55.059	24,35%
Participação Fixa no IRS	454.327	542.643	88.316	19,44%
Transferências de capital	910.111	950.187	40.076	4,40%
Exterior	10.173	123.343	113.170	1112,50%
Outras transferências e subsídios obtidos	52.424	26.210	-26.213	-50,00%
<b>Total</b>	<b>10.266.651</b>	<b>10.769.967</b>	<b>503.316</b>	<b>4,90%</b>

- c) Analisámos mensalmente a obtenção dos subsídios e as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização tanto dos primeiros como das segundas, pelo que validamos os saldos.

### 3.4.2.5 – Proveitos Suplementares

- a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Aluguer de equipamento	2.756	2.765	9	0,32%
Alugueres diversos	6.746	9.013	2.267	33,60%
<b>Total</b>	<b>9.502</b>	<b>11.778</b>	<b>2.276</b>	<b>23,95%</b>

- b) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.

### 3.4.2.6– Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

- a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Outras	3.092	9.545	6.453	208,69%
<b>Total</b>	<b>3.092</b>	<b>9.545</b>	<b>6.453</b>	<b>208,69%</b>

- b) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.

### 3.4.2.7– Trabalhos para a própria entidade

- a) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são calculados os rendimentos de trabalhos para a própria entidade, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto.



- b) Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos. Uma correta e justa política de taxas e preços deve ter por base uma correta e eficaz contabilidade analítica.

### 3.4.2.8 - Proveitos e Ganhos Financeiros

- a) A conta inclui juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Juros Obtidos	563	259	-305	-54,09%
Rendimentos de imóveis	1.172.063	1.065.531	-106.531	-9,09%
<b>Total</b>	<b>1.172.626</b>	<b>1.065.790</b>	<b>-106.836</b>	<b>-9,11%</b>

- b) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

### 3.4.2.9 – Proveitos Extraordinários

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Ganhos em Imobilizações	75.142	106.225	31.082	41,36%
Benefícios de penalidades contratuais	3.665	24.738	21.072	574,90%
Correções relativas a exercícios anteriores	94.632	17.410	-77.222	-81,60%
Outros	85.809	102.753	16.944	19,75%
<b>Total</b>	<b>259.248</b>	<b>251.125</b>	<b>-8.123</b>	<b>-3,13%</b>

- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- d) Validámos os saldos apresentados.

### 4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2015)						Varição da	Varição do	Utilização da		
Total da dívida a terceiros					Montante em excesso	Margem	dívida	excesso	margem disponível	
incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	(17)={16}-(1), se (16)>(1) ou (17)={16}-[(7)+(10)], se	(18)={1}-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)]-(16), se	de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	de 1 de Jan a 31 de Dez
(11)	(12)	(13)={11}+(12)	(14)	(15)	(16)={13}-(14)-(15)	(10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)={16}/(7)-1	(20)={17}/(8)-1	(21) = (10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
3.772.998	731	3.773.729	401.866	736.970	2.634.162		19.147.202	-20,76%		3.829.440

- a) O quadro transcrito acima, reflete a situação do município em 31/12/2015 obtido a partir de dados do Município. Pelo análise do mesmo, verifica-se que o Município cumpria o limite de dívida total, tendo ainda margem utilizável para aumento da dívida de curto prazo e /ou a obtenção de empréstimos de médio e longo prazo, de 3.829.440 €, desde que não origine o aumento dos pagamentos em atraso.
- b) Relativamente ao final de 2014 a dívida baixou 20,76%, e a margem disponível por utilizar subiu de 3.211.952 €, para 3.829.440 €.
- c) No conjunto verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento do Município.

### 5. CONTROLO ORÇAMENTAL

#### 5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como, a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise, tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2015, aprovado em Assembleia Municipal, apresentava-se como se segue:

Tipo	Montante (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	13.123.908	17.753.313
Capital	7.221.080	2.591.675
<b>Total</b>	<b>20.344.988</b>	<b>20.344.988</b>

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	13.867.345	17.001.059
Capital	6.062.655	2.591.175
Reposições	0	500
Saldo gerência	0	337.266
<b>Total</b>	<b>19.930.000</b>	<b>19.930.000</b>

5. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial um decréscimo da despesa e da receita de 2,04%, mais sentido ao nível das despesas de capital que tiveram um decréscimo em valores absolutos de 16,04%.
6. Verificámos cerca de 38% da despesa paga no ano e cerca de 80% da receita cobrada.
7. Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.

### 5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise á execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2014.

2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente a 2015 os seguintes:

Rácio	31/12/14	31/12/15
Peso da Receita Própria na Receita Total	18,42%	18,47%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	113,94%	117,28%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	78,30%	75,82%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	21,70%	24,18%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	50,53%	50,32%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	27,72%	31,89%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	3,10%	2,11%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	63,75%	47,27%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

a. **O peso da receita própria** (excluindo os Impostos diretos) **na receita total** é relativamente baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos), continua muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O seu peso relativo manteve-se praticamente igual ao do ano anterior, com 18,42% em 2014 e 18,47% em 2015.

b. **A receita corrente continuou a superar a despesa corrente**, tendo mesmo aumentado o grau de cobertura, que foi de 113,94% em 2014 subindo para 117,28% em 2015.

c. **O peso da despesa corrente na despesa total** em 2015, desceu ligeiramente relativamente ao nível do ano de 2014 (78,30% em 2014 para 75,82% em 2015).

d. Cenário contrário verifica-se no peso das **despesas de capital na despesa total**, que de 21,70% em 2014 sobe para 24,18% em 2015.

e. **O peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** manteve-se no nível de 2014, 50,53% em 2014 e 50,32% em 2015.

f. **As despesas de capital** equivaleram em 2015 a 31,89% das despesas correntes. Situando-se acima do nível de 2014 onde haviam sido de 27,72%.

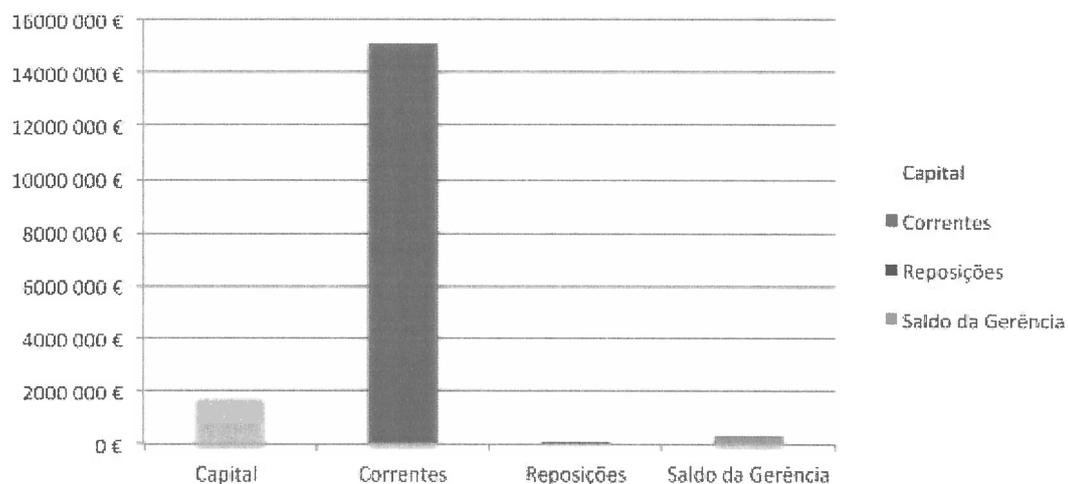
g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações) **na despesa total** teve uma descida de 3,10% em 2014 para 2,11% em 2015.

h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve um decréscimo de 63,75% em 2014 para 47,27% em 2015.

### Análise das Despesas e Receitas Municipais

#### 5.2.1 Receita

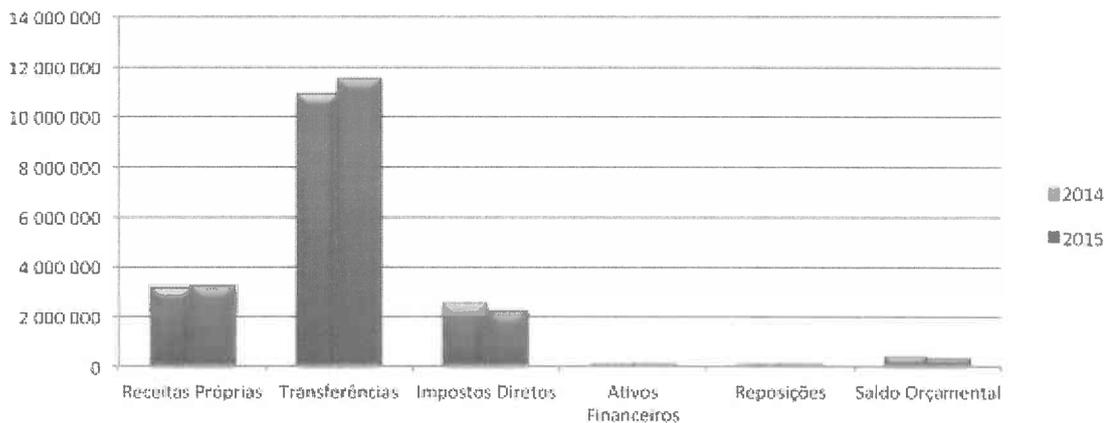
1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2015.
2. Das receitas previstas corrigidas foram executadas, 72,35% das de capital e 88,66% das correntes, sendo que a execução global da receita de 86,82%, o que coloca o Município fora da alçada do artº 56º da Lei 73/2013, quanto aos alertas precoces sobre endividamento.
3. Se comparada a execução da receita com a de 2014, verifica-se que a execução global, passou de 81,97% em 2014 para 86,82%, em 2015, o que se traduz numa subida relativa de 5,92%.
4. O que graficamente se apresenta do seguinte modo:



5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2014 e de 2015 apresenta-se da seguinte forma:

Estrutura da Receita Municipal				
Rubricas	2014 (€)	2015 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	3.136.993	3.196.668	59.675	1,90%
Transferências	10.886.439	11.576.084	689.645	6,33%
Impostos Diretos	2.512.363	2.174.882	-337.480	-13,43%
Ativos Financeiros	1.500	839	-661	-44,04%
Reposições	94.632	17.370	-77.262	-81,64%
Saldo Orçamental	400.086	337.266	-62.820	-15,70%
<b>Total</b>	<b>17.032.013</b>	<b>17.303.110</b>	<b>271.098</b>	<b>1,59%</b>

6. O que graficamente se apresenta como:

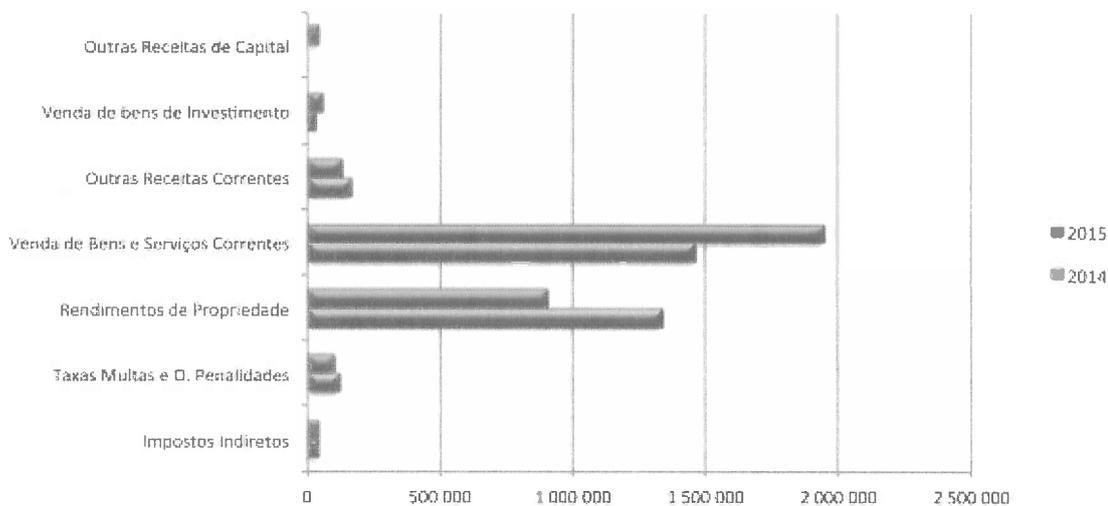


7. Verifica-se, um forte peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2014, 63,92% do total e, em 2015, 66,90%.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os impostos diretos, que representaram 14,75% em 2014 e 12,57% em 2015 e as receitas próprias que representaram em 2014, 18,42% e em 2015, 18,47% da receita municipal.
9. No cômputo geral, a execução da receita em 2015 teve um comportamento substancialmente acima do verificado em 2014 (81,97 % contra 86,82%).

10. Quanto às receitas próprias apresentam-se da seguinte forma nos anos de 2014 e de 2015:

RECEITAS PRÓPRIAS				
Rubricas	2014 (€)	2015 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Impostos Indiretos	35.302	36.328	1.027	2,91%
Taxas Multas e O. Penalidades	115.698	102.041	-13.657	-11,80%
Rendimentos de Propriedade	1.332.891	896.684	-436.207	-32,73%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.460.908	1.944.081	483.173	33,07%
Outras Receitas Correntes	160.827	126.286	-34.541	-21,48%
Venda de bens de Investimento	31.369	53.625	22.256	70,95%
Outras Receitas de Capital	0	37.624	37.624	-
<b>Total</b>	<b>3.136.993</b>	<b>3.196.668</b>	<b>59.675</b>	<b>1,90%</b>

11. O que graficamente se traduz em:

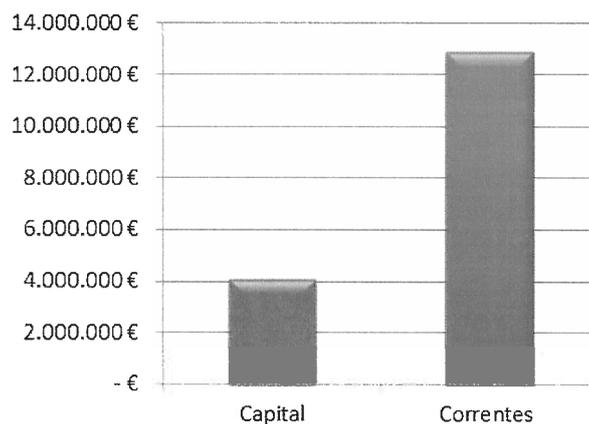


### 5.2.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2014 e de 2015.

Mapas da Despesa 2015 (€)								
Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2014	2015
Capital	6.062.655	30,42%	8.737.521	4.098.403	24,18%	397.946	63,65%	67,60%
Correntes	13.867.345	69,58%	14.770.498	12.853.179	75,82%	867.879	86,80%	92,69%
<b>Total</b>	<b>19.930.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.508.019</b>	<b>16.951.582</b>	<b>100%</b>	<b>1.265.825</b>	<b>80,45%</b>	<b>85,06%</b>

2. O que graficamente, e para o ano de 2015, se traduz em:



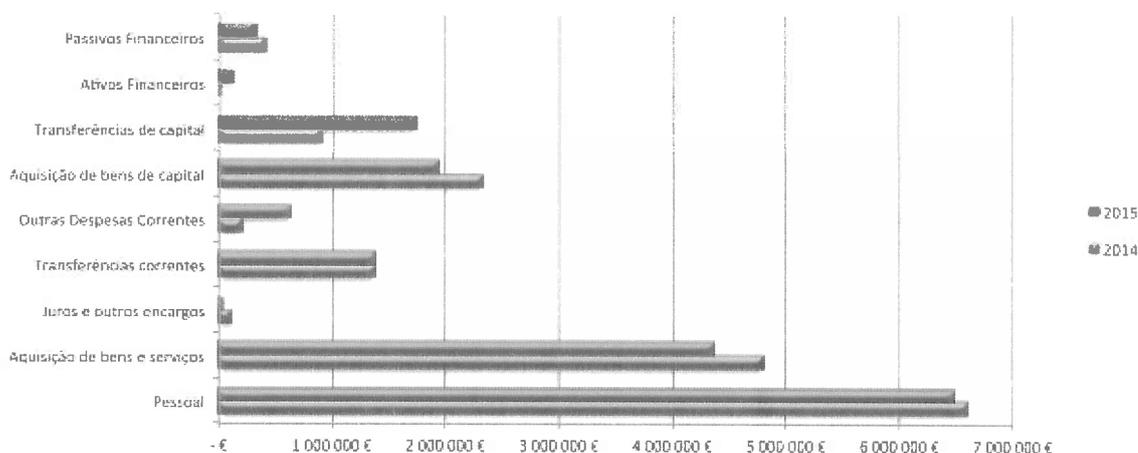
3. Verifica-se que, o grau de execução da Despesa foi de 85,06% em 2015, acima da execução de 2014 que foi de 80,45%. A despesa líquida de capital paga foi de 67,60% da dotação para o ano em 2015. Em 2014 havia sido de 63,65%.

4. O Execução do orçamento da despesa em 2015 foi superior ao de 2014, que se deve essencialmente ao aumento das transferências de capital.

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2014 e em 2015 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Estrutura da Despesa Municipal				
Rubricas	2014 (€)	2015 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	6.612.634	6.467.178	-145.457	-2,20%
Aquisição de bens e serviços	4.797.113	4.344.756	-452.357	-9,43%
Juros e outros encargos	113.724	37.611	-76.114	-66,93%
Transferências correntes	1.364.884	1.375.935	11.050	0,81%
Outras Despesas Correntes	199.404	627.700	428.296	214,79%
<b>Total 1</b>	<b>13.087.760</b>	<b>12.853.179</b>	<b>-234.580</b>	<b>-1,79%</b>
Aquisição de bens de capital	2.312.538	1.937.473	-375.065	-16,22%
Transferências de capital	905.114	1.718.653	813.540	89,88%
Ativos Financeiros	5.273	122.828	117.555	2229,54%
Passivos Financeiros	404.655	319.449	-85.206	-21,06%
<b>Total 2</b>	<b>3.627.579</b>	<b>4.098.403</b>	<b>470.824</b>	<b>12,98%</b>
<b>Total (1+2)</b>	<b>16.715.338</b>	<b>16.951.582</b>	<b>236.243</b>	<b>1,41%</b>

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2014:

- As despesas com Pessoal diminuíram relativamente a 2014, 2,20%,
- A aquisição de bens e serviços diminuiu 9,43%,
- Os juros e outros encargos desceram 66,93%,
- As transferências correntes subiram ligeiramente em 0,81%,
- As aquisição de bens de capital desceram 16,22%,
- As transferências de capital subiram 89,88%,
- A amortização de passivos financeiros desceu 21,06%.

8. Em 2015 continuam a ser as despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam a maior parte do volume da despesa (38,15% do total em 2015, contra 39,56% em 2014). Em termos reais, no entanto, este tipo de despesa tiveram um decréscimo de 145.457 €.
9. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2015, 25,63% do total das despesas, situando-se abaixo do nível de 2014 onde representaram 28,70%. Em termos reais, estas despesas tiveram um decréscimo de 452.357 €.
10. Os juros e outros encargos diminuíram, passando de 0,68% em 2014 da despesa total para 0,22% em 2015.
11. As transferências correntes pagas representam 8,12% do total das despesas pagas em 2015, mantendo o peso relativo de 2014, ano em que representaram 8,17%.
12. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas das totais de 13,83% do total das despesas pagas em 2014, para 11,43% em 2015. Em valores absolutos tiveram uma quebra em 2015 de 375.065 € (16,22%).
13. As transferências de capital representaram em 2014 5,41% da despesa paga (905.114 €), tendo representado em 2015, 10,14% (1.718.653 €).

### 5.3 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2015, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2015 (€)						
Rúbrica	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução (%)	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
<b>Funções Gerais</b>						
Administração Geral	607.947	2.300.470	211.936	302.458	49,75%	16,49%
Proteção civil e luta contra incêndios	83.164	154.000	109.428	82.469	99,16%	55,37%
<b>Total 1</b>	<b>691.110</b>	<b>2.454.470</b>	<b>321.364</b>	<b>384.926</b>	<b>55,70%</b>	<b>20,37%</b>
<b>Funções Sociais</b>						
Ensino não superior	665.599	199.000	803.985	505.367	75,93%	78,47%
Serviços auxiliares de ensino	100	2.000	0	0	0,00%	0,00%
Ação Social	449.940	822.000	356.817	430.884	95,76%	48,36%
Habituação	42.393	244.000	62.897	19.383	45,72%	23,56%
Ordenamento do Território	205.352	954.080	195.670	117.392	57,17%	23,10%
Saneamento	6.956	90.000	84.681	0	0,00%	46,62%
Abastecimento de água	758.410	784.000	61.583	698.259	92,07%	47,37%
Resíduos Sólidos	12.600	20.000	0	12.503	99,23%	38,35%
Proteção do Meio Amb. e Conserv. da Nat.	82.600	168.314	97.452	12.856	15,56%	31,66%
Cultura	319.897	3.850.420	281.195	251.481	78,61%	11,97%
Desporto, Recreio e Lazer	1.885.784	431.500	124.851	835.297	44,29%	39,32%
<b>Total 2</b>	<b>4.429.631</b>	<b>7.565.314</b>	<b>2.069.131</b>	<b>2.883.422</b>	<b>65,09%</b>	<b>35,21%</b>
<b>Funções Económicas</b>						
Indústria e Energia	25.418	424.000	153.456	3.590	14,13%	26,05%
Transportes e Comunicações	252.239	2.909.710	305.891	208.829	82,79%	14,84%
Mercados e Feiras	0	520.000	250	0	-	0,05%
Turismo	2.172	1.000	0	2.172	100,00%	68,48%
Outras funções económicas	2.600	170.000	5.273	0	0,00%	2,96%
<b>Total 3</b>	<b>282.429</b>	<b>4.024.710</b>	<b>464.871</b>	<b>214.591</b>	<b>75,98%</b>	<b>14,24%</b>
<b>Outras Funções</b>						
Transferências entre administrações	302.104	526.000	195.267	281.101	93,05%	46,55%
Diversas não especificadas	37.182	350.000	37.990	14.914	40,11%	12,44%
<b>Total 4</b>	<b>339.286</b>	<b>876.000</b>	<b>233.257</b>	<b>296.015</b>	<b>87,25%</b>	<b>36,54%</b>
<b>Total (1+2+3+4)</b>	<b>5.742.455</b>	<b>14.920.493</b>	<b>3.088.622</b>	<b>3.778.954</b>	<b>65,81%</b>	<b>28,91%</b>

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2015 representa 65,81% do total previsto para o ano.

3. As rubricas das funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:

- a. Resíduos Sólidos (99,23%),
- b. Ação Social (95,76%),
- c. Abastecimento de água (92,07%),
- d. Cultura (78,61%).

4. As rubricas das funções económicas que mostraram maior índice de execução no ano são:
- a. Turismo (100,00%), ainda que com valor absoluto de pouco montante (2.172 €),
  - b. Transportes e comunicações (82,79%).
5. O nível de execução Global do PPI está nos 28,91% em finais de 2015.

### 6. ENDIVIDAMENTO

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

*"2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo"*

*4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo."*

E no artigo 83º:

*"Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."*

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 269.094 €, de acordo com o quadro seguinte:

Empréstimos Contratados	Data da contratação	Em divida 31-12-2013	anos			amort. A considerar
			iniciais	decorridos	em falta	
0504000570591	25-01-00	131.653	15	13	2	65826
9015002592991	03-10-01	149.652	15	12	3	49884
9015004428291	09-08-05	418.866	15	8	7	59838
9015005064991	20-10-06	748.367	15	7	8	93546
<b>TOTAL</b>		<b>1.448.538</b>				<b>269.094</b>

3. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

<b>Equilíbrio Orçamental 2015</b>	
Receita corrente bruta Cobrada	<b>15.143.444</b>
Despesa corrente paga	12.853.179
Amortização emp <sup>as</sup> ML Prazo	269.094
<b>Total</b>	<b>13.122.273</b>
<b>Excedente</b>	<b>2.021.170</b>

4. O Município tem equilíbrio orçamental.

5. O excedente é de 2.021.170 €.

## 7. CONTROLO INTERNO

Reanalísamos o funcionamento do controlo interno que, em nossa opinião funciona de forma regular. Há porém alguns (poucos) aspetos, que carecem de aprofundamento. No essencial são os mesmos que havíamos apontado em relatórios anteriores, nomeadamente:

### 7.1 Disponibilidades

- a) A importância existente em caixa deve conter-se entre um mínimo do índice 100 da tabela salarial da função pública e um máximo de 25 vezes.

### 7.2 Terceiros

- a) A requisição externa deve ser emitida em quadruplicado destinando-se o original e o duplicado ao fornecedor, o triplicado à Secção de Aprovisionamento e Património a fim de ser conferido com os restantes documentos originados pela compra (guia de remessa, guia de entrada em armazém e fatura do fornecedor) e o quadruplicado ao serviço requisitante.
- b) As requisições externas ou contratos devem ser remetidos à Secção de Aprovisionamento e Património que este proceda à atualização das existências e do inventário patrimonial.
- c) As faturas enviadas por terceiros deverão ser entregues na Secção de Aprovisionamento e Património.



- b) A Secção de Aprovisionamento e Património deve efetuar durante os meses de novembro e dezembro de cada ano, a verificação física de todos os bens do ativo imobilizado e a sua operacionalidade, conferindo-a com os seus registos.
- c) Em janeiro de cada ano a Secção de Aprovisionamento e Património deve enviar a cada funcionário, um inventário patrimonial atualizado, da sua responsabilidade, a fim de o mesmo ser devidamente subscrito.
- d) Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam distribuídos, para o que deve subscrever documento de posse no momento da entrega eventual de cada bem ou equipamento constante do inventário.
- e) Relativamente aos bens e equipamentos coletivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção ou setor em que se integram.

### 8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.

### 9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

### 10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade prevista nas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria da ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

### 11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contém dois aspetos a ter em conta, consubstanciados em 2 Ênfases.

#### 11.1 Reservas

Sem Reservas

#### 11.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetam como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como Município as considera, mas a entendimentos externos.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os factos seguintes:

- A totalidade dos Empréstimos bancários bem como dos Fornecedores em regime de locação financeira estão contabilizados como de Médio e Longo Prazo. É nosso entendimento que, a parte que se vence no ano de 2016, cerca de 347.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.
- Existem ações judiciais contra o Município num total de 1.928.590 €, sobre as quais não foi possível aferir se podem advir responsabilidades financeiras para o Município.

Estes aspetos são referidos ao longo deste relatório.

#### 11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2016 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.

- a) Quanto ao Imobilizado Corpóreo:

- Existem bens em imobilizado em curso que deveriam transitar para imobilizado firme e sujeitos a amortização do exercício. Não tendo passado as amortizações do exercício estão subavaliadas em valor que se estima em 175.000 €.

b) Quanto ao Imobilizado Incorpóreo:

- As renovações de licenças de software devem ser consideradas como despesa corrente e como fornecimentos de serviços externos.

- A componente fixa do fornecimento de água em alta deve ser registada como investimento financeiro (conta 414) ou como transferência de capital (conta 691). Assim o saldo do imobilizado incorpóreo está sobreavaliado em 325.601€.

- Segundo o artigo 34º do CIBE os bens cujo valor unitário não ultrapasse 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, devem ser totalmente amortizados no ano de aquisição.

c) Quanto ao Imobilizado Financeiro:

- O imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão deve ser reclassificado como investimento em imóveis.

d) Quanto às Existências:

- Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.

e) Quanto aos Empréstimos Concedidos :

- Por entendermos que quanto aos Empréstimos concedidos ao abrigo da FAME, não tendo nem 2014 nem em 2015 sido objeto de amortização, por parte dos seus detentores, 4 dos empréstimos (12.266 €) devem os mesmos ser analisados, tendo em vista a necessidade de se criarem ou não provisões para os mesmos.

f) Quanto às contas de Clientes:

- Existem divergências entre o balancete de terceiro e os saldos da contabilidade. Deve ser averiguado o motivo das diferenças e corrigidas em 2016.
- Os saldos credores devem ser regularizados.
- Não existem provisões para clientes de cobrança duvidosa. Deveriam ser criadas de cerca de 100.000 €, para cobertura de saldos em risco.

g) Quanto aos Outros Devedores e Credores:

- Os saldos da contabilidade patrimonial e orçamental, devem ser conciliados com o saldo por receber de relatórios de encerramento de projectos retirado do SIGPO.

h) Quanto às disponibilidades:

- Devem ser reconciliadas as contas da CGD e Millennium BCP, para que os saldos contabilísticos das contas de Depósitos à ordem correspondam aos valores disponíveis em bancos à ordem do Município.

i) Quanto aos Acréscimos de Proveitos:

- De acordo com a informação disponibilizada na AT existem valores de impostos por transferir para o Município por não terem sido cobrados até 31/12/2014. Estes valores poderiam ser registados como acréscimo de proveitos. No entanto, e uma vez que não existe fiabilidade no seu recebimento, deveria ser constituída provisão de igual montante, o que tornaria este movimento sem influência no balanço e nas contas do Município.

j) Quanto aos Proveitos Diferidos:

- A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Continuam a existir bens em imobilizado curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e conseqüente sujeitos a amortização não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 5.000.000€ de proveitos diferidos

que já deveriam estar a ser "amortizados" e considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 250.000 €. A rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2016 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.

k) Quanto aos Trabalhos para a própria entidade:

- Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos. Uma correta e justa política de taxas e preços deve ter por base uma correta e eficaz contabilidade analítica.

l) Orçamental:

- Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis

## 12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 22 de abril de 2016

**G. MARQUES SROC, UNIPessoAL, Lda**

A GERÊNCIA



*Luís Guerra Marques – ROC nº 620*